

POLÍTICA

Se a Câmara declarou "guerra" ao Senado e criou o impasse que está impedindo completar-se a votação do projeto de convocação da Constituinte, ontem houve o revide do Senado — que declarou "guerra" à Câmara, bloqueando todos os projetos em tramitação enquanto os deputados não aprovarem o projeto de lei que reduz de um ano para seis meses o prazo de filiação partidária para candidatos às eleições.

O Congresso está praticamente paralisado pela obstrução sistemática dos malufistas que desejam prorrogar o funcionamento do Parlamentar no recesso e pelo desentendimento entre deputados e senadores. O Congresso entrará hoje em seu terceiro dia de esforço concentrado sem conseguir limpar a pauta, ameaçando assim transferir para março do ano que vem a convocação da Constituinte, a reforma tributária de emergência, o Plano Nacional de Informática, dezenas de pedidos de empréstimos de Estados e municípios e até parte do orçamento da União.

"Se não houver um entendimento entre as lideranças e os parlamentares, vamos chegar ao dia 5 de dezembro sem aprovar as matérias que justificam o esforço concentrado" — constatou o deputado Jorge Arbage (PDS-PA), um dos pedessistas que vêm impedindo as votações na Câmara e no Congresso. Sob a alegação de que deseja antes votar o restabelecimento das prerrogativas do Congresso, esse grupo está forçando a convocação extraordinária em dezembro ou janeiro a fim de "engordar" com jorons a remuneração dos deputados e senadores

durante o recesso. Mas a cúpula do PMDB é contra, pois Ulysses Guimarães está com viagem marcada para a China no dia 6 e sua comitiva inclui todos os líderes partidários na Câmara. Além disso, o PMDB considera inconcebível adiar a convocação da Constituinte para o próximo ano.

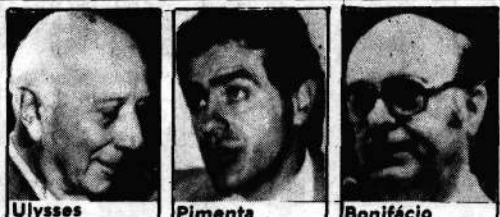
"Essas exigências todas são um absurdo e, se elas continuarem, o Congresso não terá condições de aprovar nada" — admitiu, por sua vez, Ulysses Guimarães, observando que é difícil, a 15 dias do início do recesso, atender a todos os grupos do Congresso que têm interesses tão específicos quanto os "lobbistas" que praticamente ocuparam o prédio do Legislativo na defesa de suas teses.

A "guerra"

A bancada do PMDB na Câmara declarou "guerra" ao Senado ao apoiar o destaque de um vice-líder do PDS, Bonifácio Andrada, impedindo que deputados e senadores atuem normalmente durante o funcionamento da Constituinte.

Pelo artigo 1º do substitutivo Giavarina à emenda Sarney, a Câmara e o Senado reunir-se-ão unicameralmente, em Assembléia Nacional Constituinte, "sem prejuízo de suas atribuições constitucionais, no dia 1º de fevereiro de 1987. O pedessista mineiro Bonifácio Andrada apresentou destaque suprimindo do texto a expressão "sem prejuízo de suas atribuições constitucionais".

Desde então os senadores eleitos em 1982 se declararam em estado de beligerância com o PMDB da Câmara — que se manifestou a favor da proposta. Ulysses Guima-



Ulysses Pimenta Bonifácio

CONSTITUINTE
A "guerra" no Congresso ameaça a votação

A Câmara declarou "guerra" ao Senado e recebeu o revide. Resultado: não se vota nada no Congresso enquanto os deputados não aprovarem o projeto original da Constituinte e a lei partidária.

rães, presidente do PMDB e da Câmara, e Pimenta da Veiga, líder do PMDB e do governo, logo apoiaram o destaque. "Pode abrir caminho à Constituinte autônoma" — disse Pimenta. Para Ulysses, a proposta poderia evitar o funcionamento, em 1987, de quatro câmaras legislativas — Senado Federal, Câmara dos Deputados, Congresso Nacional (Câmara e Senado reunidos) e Assembléia Nacional Constituinte. Poderia

ser evitada, também, a eleição de três Mesas Diretoras em 87 — da Assembléia Constituinte, do Senado e da Câmara — o Congresso é dirigido pela mesa do Senado.

"No fundo, o dr. Ulysses quer abrir caminho para a Mesa Diretora única, a da Constituinte. Ele quer ser o presidente da Constituinte e não quer que a Câmara e o Senado elejam seus próprios dirigentes. E quer, também, continuar como vice-presidente constitucional de Sarney" — desabafou o senador mineiro Itamar Franco (PMDB).

Para o vice-líder do PMDB, senador Hélio Gueiros (PA), mantida a posição da bancada do seu partido na Câmara, "a emenda da Constituinte não será votada pelo Senado". O vice-líder do PFL, senador Américo de Souza (MA), confirmou: "Todo o Senado está unido contra a proposta".

Ontem à tarde, o líder do PDS do Senado, Murilo Badaró (MG), comunicou ao líder do governo, senador Humberto Lucena, que a sua bancada "está solidária com o Senado". Tradução: O PDS também não aceita a supressão da expressão "sem prejuízo de suas atribuições constitucionais", referindo-se à transformação do futuro Congresso em Assembléia Constituinte.

Contra-ataque

O contra-ataque do Senado foi comandado pelo PDS. Ao pedir verificação de quórum ontem, obstruindo as votações e provocando o encerramento da sessão, o senador Odacir Soares (PDS-RO) deixou claro que continuará a fazer isso enquanto a Câmara não aprovar seu projeto que reduz de um ano para seis meses o prazo de filiação par-

tidária para quem queira disputar as eleições da Constituinte.

O projeto, aprovado pelo Senado, retirado ontem da ordem do dia da Câmara para receber algumas emendas, sob protestos de parlamentares de vários partidos que acusaram o PMDB e o PFL de estarem procurando criar obstáculos a que novos cidadãos possam disputar a Constituinte ano que vem, por falta de filiação partidária.

Sábios

A retirada da expressão "sem prejuízo de suas atribuições constitucionais" foi apoiada ontem pelos constitucionais Miguel Reale e Celso Bastos, da USP e da PUC, criando-se em seguida uma Comissão Legislativa ou "mini-Congresso" para cuidar das tarefas legislativas normais.

Essa idéia tem o apoio, também, do ministro Paulo Lustosa, da Desburocratização, que pediu "uma constituinte que não seja de sábios ou pseudo-sábios, mas que reflita aquilo que a sociedade deseja". Lustosa, na companhia do ministro Fernando Lyra, da Justiça, abriu ontem o seminário "A Constituinte e a Universidade", promovido pela Universidade de Brasília.

O senador Itamar Franco, porém, argumentou que não há condições de evitar o funcionamento normal da Câmara e do Senado, durante o funcionamento da Constituinte: "Como votar as nomeações de embaixadores? Como votar os pedidos de empréstimos? Como votar projetos de lei ordinária? Quem fiscalizará os atos do Executivo? Acho que o PMDB quer ver o Sarney legislar por decreto-lei. Será esse o melhor caminho?"